



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2020
PROCESSO Nº 04.000.625.20.86
IDENTIFICADOR BANCO DO BRASIL: 842649

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06

OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DA FABRICANTE KAVO, PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE.
TIPO:	MENOR PREÇO
PROPOSTA E LANCE:	PELO VALOR GLOBAL DO LOTE
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ:	18/11/2020 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	18/11/2020 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:	18/11/2020 às 10:00 horas
SITE PARA CONSULTAS	<u>www.licitacoes-e.com.br</u> ou <u>www.pbh.gov.br</u>
FONE:	(31) 3277-7735
CARTILHA DO FORNECEDOR:	Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes-e.com.br, através do “link” “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.



1. DO PREÂMBULO

1.1. A Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, nos termos dos Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 15.113/13, nº 16.535/16, nº 16.538/16 e nº 17.317/20, da Lei Municipal nº 10.936/16, das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações da Lei Federal nº 12.846/13.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de preços para a aquisição de peças/acessórios para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, da fabricante Kavo, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condição de segurança - criptografia e autenticação em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” www.licitacoes-e.com.br.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, via INTERNET, para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br.

4.2. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitantes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Poderá ser apresentada IMPUGNAÇÃO ao Edital deste Pregão até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

5.2. As razões de impugnação ao edital poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br

5.3. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

5.4. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitantes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.



6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Somente poderão participar deste pregão os beneficiários da LC 123/06 que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:
 - a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município;
 - c) tenham sido declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo;
 - d) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
 - e) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
 - f) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 6.3. A observância das vedações do subitem 6.2 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 6.4. Será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 6.2, mediante consulta ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

7. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

- 7.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.
- 7.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.
- 7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 7.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 8.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.
- 8.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e da subsequente inserção da proposta de



preços e dos documentos de habilitação exigidos no edital até data e horário limite estabelecidos para a abertura das propostas.

8.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e demais penalidades previstas na legislação cabível.

8.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.

8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito de exercer o benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.

8.4.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.4.2. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta inicial, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.1.1. **A Proposta Inicial a ser anexada deverá conter apenas o valor global.** Os valores unitários serão exigidos apenas na Proposta Ajustada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do item 12 e Anexo I.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.



9.4. Quando do lançamento da proposta, através do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar o valor global do lote, com duas casas decimais após a vírgula.

9.4.1. No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.

9.4.2. É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

9.5. Aplicam-se aos produtos todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

9.6. É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.

9.7. Até o horário de abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação, bem como as propostas anteriormente inseridas no sistema.

9.8. O licitante poderá concorrer apenas ao lote que for de sua conveniência, desde que em sua totalidade.

10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o procedimento licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas relativas ao edital;
- c) abrir e conduzir a sessão pública na INTERNET;
- d) abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
- e) conduzir a etapa de lances;
- f) julgar a proposta e a habilitação do arrematante;
- g) receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) declarar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.
- k) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- l) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- m) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos

10.2. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

10.3. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico



11. DOS PROCEDIMENTOS

- 11.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.
- 11.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.
- 11.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance.
- 11.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 11.7. O intervalo entre os lances enviados não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 11.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 11.9. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os licitantes das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 11.9.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 11.11. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o



máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um único lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 11.11.1. Encerrado esse prazo o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.
- 11.11.2. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem anterior.
- 11.12. O sistema anunciará o arrematante, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.
 - 11.12.1. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.
- 11.13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.14. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta ajustada adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.15. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 11.16. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital.
- 11.17. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva e ocorra empate entre duas ou mais propostas, será aplicado o critério de desempate estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.18. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.



- 11.18.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no subitem 11.18 dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao pregoeiro.
- 11.18.2. O requerimento deverá ser apresentado dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização fiscal e trabalhista.
- 11.18.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

- 12.1. Após a convocação pelo pregoeiro, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo do Anexo III.
- 12.2. A proposta de preços deverá conter:
 - 12.2.1. razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
 - 12.2.2. modalidade e número da licitação;
 - 12.2.3. especificação do objeto licitado, conforme este edital e anexos, sendo obrigatório constar nome do fabricante, marca e modelo do produto ofertado, se houver;**
 - 12.2.3.1. no caso em que a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo.
 - 12.2.4. valor global do lote, discriminando o preço unitário e total do(s) item(ns) que o compõe;
 - 12.2.4.1. o(s) valor(es) unitário(s) deve(m) ser apresentado(s) em moeda nacional, em algarismo e por extenso com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
 - 12.2.4.2. o valor global do lote deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
 - 12.2.5. declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias contados da assinatura;



12.3. Juntamente com a proposta de preços a empresa arrematante deverá apresentar:

12.3.1. Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, conforme modelo do Anexo V, no caso de beneficiário.

12.3.2. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo do Anexo VI.

12.4. Só será aceito um preço e uma marca para cada produto.

12.5. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em até 30 (trinta) dias e devem cobrir todas as despesas inerentes ao fornecimento dos itens, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a aquisição.

13. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta inicial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

13.2. Para habilitação dos licitantes será exigida a documentação relacionada abaixo:

13.2.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

13.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.2.3. Qualificação Técnica:

NÃO SE APLICA

13.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

13.2.5. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme modelo do Anexo IV.

13.3. Os documentos relacionados no subitem 13.2 poderão ser substituídos pelos cadastros abaixo:

- a. Relatório da Situação do Fornecedor se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – **SUCAF**, e/ou;
- b. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no CAGEF – Cadastro Geral de Fornecedores do Governo de Minas Gerais, e/ou;
- c. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no SICAF do Governo Federal.

13.3.1. Caso o Licitante não esteja habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível(veis) com o (s) objeto (s) licitado(s), deverá anexar, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).



- 13.3.2. Caso não conste nos referidos cadastros quaisquer documentos exigidos no subitem 13.2 o licitante deverá anexá-los, devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.**
- 13.3.3. Caso os documentos constantes dos mencionados cadastros estejam com os prazos de validade vencidos, deverão ser anexados novos documentos, em vigor na data da abertura das propostas.**
- 13.4. Os licitantes que utilizarem os cadastros relacionados no subitem 13.3 deverão apresentar, **caso os mesmos não comprovem as exigências de Qualificação Econômico-Financeira**, a documentação complementar para fins de Qualificação Econômico-Financeira elencada no item 13.2.4.
- 13.5. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando houver, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 13.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, devendo ser observado:
- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
 - b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
 - c) para efeito de qualificação técnica serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz e/ou filial.
- 13.7. Para fins de habilitação, **os documentos que não possuírem prazo de validade** deverão possuir data de emissão de no máximo **180 (cento e oitenta) dias**, tendo como referência a data de abertura do pregão.
- 13.7.1.** Não se enquadram no **subitem 13.7** os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.
- 13.8. Os beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 deverão apresentar toda a documentação de habilitação referente à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, como condição para ter o objeto adjudicado a seu favor.
- 13.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 11.18.
- 13.9. **Para efeito do julgamento da habilitação, o pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.**

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 14.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE**, observadas as exigências deste edital e seus anexos.



14.1.1. No certame será analisado o valor unitário de cada item/produto que compõem o lote; portanto quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item/produto.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.

15.1.1. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada e efetivada através do botão virtual “intenção de recurso” do sistema eletrônico.

15.2. Não serão acolhidos os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar o licitante.

15.3. Será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.4. A ausência de manifestação da intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. As razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br.

15.7. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e poderão ser acessados por todos os licitantes.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

16.1. Homologada a licitação será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP.

16.1.1. Para a assinatura da ARP, a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte - SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.



- 16.1.2. As empresas não cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF terão até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data da homologação para solicitar o respectivo cadastramento no SUCAF.
- 16.2. A adjudicatária terá até 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.
- 16.2.1. O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.
- 16.2.2. **Quando da assinatura da Ata a adjudicatária deverá apresentar Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo do Anexo VII.**
- 16.3. É facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.
- 16.4. A ARP terá validade e vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu resumo no DOM – Diário Oficial do Município.
- 16.5. A ARP será lavrada em três vias.
- 16.6. A ARP a ser celebrada, conforme Minuta – Anexo VIII – parte integrante deste edital, conterá, dentre suas cláusulas, as de: Condições de entrega, acondicionamento e transporte; Condições de recebimento; Condições de pagamento; Obrigações do Fornecedor; Obrigações do Órgão Gerenciador; Alteração de Preços e Marcas; Pesquisa de Preços; Obrigações dos Órgãos Participantes e Cancelamento do Registro de Preços.
- 16.7. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da ARP no DOM – Diário Oficial do Município – será providenciada e correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

17. DA EXECUÇÃO DA ATA

- 17.1. A Nota de Empenho ou outro instrumento hábil substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 17.2. Após autorização da aquisição, a área demandante encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.
- 17.2.1. A comprovação de que o Fornecedor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.
- 17.3. Na hipótese de a área demandante não conseguir um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.



17.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produto(s), com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do licitante e/ou da Adjudicatária/ Fornecedor, sujeitando-a as seguintes penalidades:

18.1.1. advertência.

18.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar a ARP;
- c) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- e) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- f) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- g) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP quando o infrator der causa ao cancelamento da ARP;
- h) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.



- 18.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 18.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 18.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.
- 18.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 18.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 18.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 18.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 18.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 18.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 18.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 18.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 18.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.



19. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 16.538/16 e demais normas complementares.
- 19.2. Uma vez registrado(s) o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Fornecedor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas neste Edital e na ARP.
- 19.3. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Administração a firmar as contratações que dele(s) poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao Fornecedor do registro a preferência de fornecimento, no caso de igualdade de condições das propostas.
- 19.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).
- 19.5. Após autorização, a Gerência solicitante ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.
- 19.5.1. A comprovação de que o Fornecedor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil deverá ocorrer via fax ou outro meio de comunicação eficaz.
- 19.6. Na hipótese de as Gerências solicitantes ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.
- 19.7. O Fornecedor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços, ainda que não esteja no período estipulado pelo cronograma.
- 19.8. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.
- 19.9. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produtos(s), com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.
- 19.10. Para as Atas de Registro de Preços que contemplem cotas reservadas e cotas principais para um mesmo item, sendo os Fornecedores pessoas jurídicas distintas, a execução das Atas pelos órgãos participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.



20. DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 20.1. A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta federal, estadual e municipal, observada a legislação vigente.
- 20.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ARP.
- 20.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 21.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 21.2. A Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
 - 21.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
 - 21.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;
 - 21.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
 - 21.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
 - 21.2.5. prática obstrutiva” significa:
 - 21.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de



informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

21.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

21.3. O Município rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

21.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Município de Belo Horizonte não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.

22.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, excetuadas as hipóteses previstas em lei.

22.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento da ARP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.4. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22.5. O pregoeiro, no exercício de suas funções, poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.

22.6. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.7. O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor não importará de forma alguma em alteração ou novação.



- 22.9. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.
- 22.10. O Fornecedor não poderá:
- 22.10.1. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;
 - 22.10.2. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 22.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.12. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 22.13. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.
- 22.14. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 22.15. Os fornecimentos dos produtos, objetos do presente Edital, serão tratados como contratações autônomas e independentes, para todos os fins de direito.
- 22.16. O Fornecedor deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 22.17. Se a empresa vencedora não for cadastrada no SUCAF, a documentação apresentada para fins de habilitação será enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento.
- 22.17.1. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/05 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.
- 22.18. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada deverá manter a documentação atualizada.
- 22.19. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte, local da realização do certame.
- 22.20. Constituem anexos do presente edital e dele fazem parte os seguintes documentos:
- **ANEXO I** – Especificação e Quantidade do Objeto da Licitação



- **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços Inicial;
- **ANEXO III** – Modelo de Proposta de Preços Ajustada;
- **ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;
- **ANEXO V** – Modelo de Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**;
- **ANEXO VI** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- **ANEXO VII** – Modelo de Declaração da Lei Orgânica;
- **ANEXO VIII** – Minuta da Ata de Registro de Preços – ARP;
- **ANEXO IX** – Termo de Referência.

Belo Horizonte, de de

.....
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO I DO EDITAL

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO DA LICITAÇÃO

<u>LOTE 1</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74875	ABAFADOR DE FILTRO, UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	10

<u>LOTE 2</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74873	ACABAMENTO TRASEIRO, , UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO, MOD. L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	10

<u>LOTE 3</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74874	ACOPLAMENTO TRASEIRO, UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO, MOD. L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	10

<u>LOTE 4</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74876	ANEL FIXAÇÃO TAMPA SPRAY 3 FUROS, UTILIZADA EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	50

<u>LOTE 5</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74877	ANEL O ₂ RING, , UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO, MOD. L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	30



<u>LOTE 6</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74945	ARTICULAÇÃO FÊMEA PARA REFLETOR KAVO CLINIC	UNIDADE	10
74944	ARTICULAÇÃO MACHO PARA REFLETOR KAVO CLINIC	UNIDADE	10

<u>LOTE 7</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74878	BLOCO DE BOBINAS DE ACIONAMENTO COMPLETO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	6

<u>LOTE 8</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74879	BOBINA DO ÊMBOLO PNEUMÁTICO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	3

<u>LOTE 9</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74880	BRAÇO COMPLETO DO REFLETOR, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	6

<u>LOTE 10</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74942	BRAÇO DIREITO PARA CADEIRA KAVO MODELO UNIK KAVO	UNIDADE	40
74943	BRAÇO ESQUERDO PARA CADEIRA KAVO MODELO UNIK KAVO	UNIDADE	40



<u>LOTE 11</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74881	BUCHA DENTADA ARO / GUIA TERMINAL BORDEN, UTILIZADA EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	20

<u>LOTE 12</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74882	CABEÇA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	25

<u>LOTE 13</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74883	CABEÇOTE COMPLETO, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	15

<u>LOTE 14</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74885	CABO DA CANETA DO JATO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40
74884	CABO TRANSDUTOR, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	50

<u>LOTE 15</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74886	CANETA DO JATO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40



<u>LOTE 16</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74887	CANO EXTERNO DE ÁGUA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	5

<u>LOTE 17</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74888	CIRCUITO PLACA ELETRONICA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	14
74917	PLACA CI DE ACIONAMENTO DOS COMANDOS, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	15
74918	POTENCIÔMETRO REGULADOR DE POTÊNCIA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	10
74934	TRANSFORMADOR DE ALIMENTAÇÃO DA CADEIRA, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	5
74933	TRASFORMADOR 24V PARA APARELHO DE PROFILAXIA KAVO MODELO ULTRAPROPHY	UNIDADE	35

<u>LOTE 18</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74889	COLETOR DE ESGOTO, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	5

<u>LOTE 19</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74890	CONJUNTO EIXO E ROLAMENTO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	48



<u>LOTE 20</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74891	COPO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40

<u>LOTE 21</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74892	CORPO DE BICARBONATO COMPLETO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	15

<u>LOTE 22</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74893	CORPO INFERIOR DE CUSPIDEIRA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	4
74895	CORPO SUPERIOR DE CUSPIDEIRA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	4

<u>LOTE 23</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74894	CORPO INFERIOR PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	4
74896	CORPO SUPERIOR PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	4

<u>LOTE 24</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74897	CUBA DE PORCELANA, UTILIZADA EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	27



<u>LOTE 25</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74898	EIXO PINÇA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	38

<u>LOTE 26</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74899	EIXO PRINCIPAL PARA CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	32
74900	EIXO TRASEIRO PARA CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	40

<u>LOTE 27</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74901	ÊMBOLO DO BLOCO PNEUMÁTICO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	10

<u>LOTE 28</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74902	FILTRO DO SUGADOR COMPLETO, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	140

<u>LOTE 29</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74903	GARRAFA RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	100



<u>LOTE 30</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74904	GUARNIÇÃO 2 (DOIS) FUIROS, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	20

<u>LOTE 31</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	120

<u>LOTE 32</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74906	KIT ALÇA/ MANIPULOS, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	30

<u>LOTE 33</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74908	MANGUEIRA DE ESGOTO PARA UTILIZAÇÃO EM CUSPIDEIRA KAVO KLINIK	METRO	200

<u>LOTE 34</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74909	MECANISMO ENCOSTO DE CABEÇA BIARTICULADO, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	10



<u>LOTE 35</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74910	MOLA TRAVA PARA CABEÇA CONTRA ÂNGULO, UTILIZADA EM CONTRA ÂNGULO KAVO FG	UNIDADE	20

<u>LOTE 36</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74911	MOTOR DE ASSENTO, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	10

<u>LOTE 37</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74913	PARAFUSO PARA FIXAÇÃO CABEÇA DE CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO FG	UNIDADE	30

<u>LOTE 38</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74915	PEDAL DE COMANDO COMPLETO, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	8
74916	PEDAL ELÉTRICO DE ACIONAMENTO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	10

<u>LOTE 39</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74919	PROTETOR REFLETOR, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	40



<u>LOTE 40</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74920	REGISTRO DE ÁGUA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	20
74921	REGISTRO DE ÁGUA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	20

<u>LOTE 41</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74922	REGISTRO DE AR, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	20

<u>LOTE 42</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	50

<u>LOTE 43</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74924	SERINGA TRÍPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	50

<u>LOTE 44</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74925	SUORTE PARA ENCAIXE DO TRANSDUTOR E OU CANETA DO JATO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40



<u>LOTE 45</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74926	TAMPA DA CANETA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	30
74929	TAMPA SPRAY TRIPLO, UTILIZADA EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	20

<u>LOTE 46</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74927	TAMPA DA GARRAFA (RESERVATÓRIO), UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	15
74928	TAMPA DO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	20

<u>LOTE 47</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74930	TERMINAL DO SUGADOR COM BORRACHA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	100
74931	TERMINAL TRIPLO TIPO BORDEM PARA ALTA ROTAÇÃO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	40

<u>LOTE 48</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74932	TRANSDUTOR DE PROFILAXIA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	35



<u>LOTE 49</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74935	TRAVA BROCA, UTILIZADA EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	15

<u>LOTE 50</u>			
SICAM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE
74936	VÁLVULA INTERRUPTORA DO SUGADOR, UTILIZADA EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	30
74937	VÁLVULA INTERRUPTORA PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	20
74938	VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, UTILIZADA EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	10
74940	VÁLVULA SPRAY DA CANETA, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	10



ANEXO II DO EDITAL

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE Nº

LOTE	SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
.....							
VALOR GLOBAL DO LOTE:		 reais e centavos.				

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO III DO EDITAL

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE Nº

LOTE	SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
.....							
VALOR GLOBAL DO LOTE:		 reais e centavos.				

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de, inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

- Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO V DO EDITAL

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR
123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VI DO EDITAL

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VII DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária



ANEXO VIII DO EDITAL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 073/2020

I.J.

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Secretário Municipal de celebra com a empresa....., CNPJ....., doravante denominada FORNECEDOR, estabelecida na, representada por, a presente Ata de Registro de Preços- ARP, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para futura aquisição de, em que se registram os preços e as condições a serem praticadas, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 16.538/16, nº 15.113/2013 e nº 15.185/2013, decorrente do certame licitatório - Pregão Eletrônico, processo administrativo nº, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Registro de Preços a aquisição de peças/acessórios para a manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, da fabricante Kavo, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, conforme descrições e quantidades estimadas constantes no Anexo I desta Ata de Registro de Preços - ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação do seu resumo no DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL

3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação(ões) do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no Anexo I desta ARP.

3.2. A(s) diferença(s) percentual(is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto, a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) no Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz o montante de R\$(valor por extenso).



CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do fornecimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

.....

CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 16.538/16 e demais normas complementares.

6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Fornecedor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital e nesta ARP.

6.3. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Administração a firmar as contratações que dele(s) poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao fornecedor do registro a preferência de fornecimento, no caso de igualdade de condições das propostas.

6.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

6.5. O Fornecedor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços, ainda que não esteja no período estipulado pelo cronograma.

6.6. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DA ATA

7.1. A Nota de Empenho ou outro instrumento hábil substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2. Após autorização da aquisição, a Gerência Solicitante encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.

7.2.1. A comprovação de que o Fornecedor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

7.3. Na hipótese de a Gerência Solicitante não conseguir um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

7.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega dos produtos, com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.



CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

- 8.1. O prazo máximo de entrega do(s) produto(s) será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, ou outro prazo conveniente acordado entre as partes interessadas.
 - 8.1.1. Em caso de omissão, recusa ou protelação do Fornecedor em acusar o recebimento da Nota de Empenho, o prazo de entrega iniciar-se-á a partir do terceiro dia útil subsequente à data de envio da Nota de Empenho.
 - 8.1.2. Na contagem do prazo estabelecido, excluir-se-á o dia do recebimento da Nota de empenho e incluir-se-á o do limite para entrega, e considerar-se-ão os dias consecutivos, conforme art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 8.1.3. O prazo referido somente se inicia e vence em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 8.2. O local da entrega será na Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia (GCOSE) situada na Av. Cristiano Machado, nº 3450, Bairro União, Belo Horizonte/MG, no horário de 9:00 horas as 16:00 horas.
 - 8.2.1. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- 8.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega.
- 8.4. Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio, devendo estar protegidos da incidência solar direta, do calor excessivo ou umidade.
- 8.5. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA não aceitará ou receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes desta Ata de Registro de Preços ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- 8.6. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos nesta Ata.
- 8.7. A entrega poderá ser parcelada conforme cronograma da SMSA.



CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

9.1. O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

9.1.1. O Fornecedor dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal, Laudo de Qualidade e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos;

9.1.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o(s) produto(s) provisoriamente por 15 (quinze) dias corridos, para verificação de especificação(ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes:

9.1.2.1. encontrando irregularidade ou caso o(s) produto(s) esteja(m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o(s) devolverá para regularização no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

9.1.2.2. aprovando o(s) produto(s), o(s) receberá definitivamente em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

9.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.

9.3. É vedada, tanto a entrega do(s) produto(s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelos órgãos participantes com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no DOM – Diário Oficial do Município.

9.4. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos na Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado pela Gerência de Orçamento e Finanças ou equivalente do Órgão recebedor, em até 30 (trinta) dias contados da entrega e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão Recebedor.

10.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).

10.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o(s) produtos, a(s) marca(s) e a quantidade efetivamente entregue.



- 10.4. Deverão ser informados pelo fornecedor no corpo da Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento.
- 10.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA ALTERAÇÃO DE MARCA E DE PREÇO

- 11.1. A ARP poderá ser alterada mediante a substituição de marca nas seguintes condições:
- I. Por solicitação do Órgão Gerenciador, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;
 - II. Por requerimento do fornecedor, que deve ser apreciado pelo Órgão Gerenciador, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento.
- 11.1.1. O Órgão Gerenciador somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.
- 11.1.2. A substituição de marca implicará em nova análise do produto, conforme previsto no Edital e na legislação aplicável.
- 11.2. As alterações de preços em ata decorrentes de SRP obedecerão às seguintes regras:
- I. O preço registrado na ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado.
 - II. O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente registrado na ata, caso haja pedido do Fornecedor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro e devendo obedecer ao que se segue:
 - a) ao deferir o pedido deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
 - b) o Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo Fornecedor como o máximo que pode ser alcançado nesta revisão;
 - d) o Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo Fornecedor;
 - d) o indeferimento do pedido de revisão, não desobriga o Fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.
- 11.2.1. A exceção à regra prevista na alínea “a” do subitem 11.2, deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.



- 11.2.2. O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superiores ao registrado.
- 11.2.3. O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.
- 11.2.4. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, para análise em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Fornecedor.
- 11.3. Os pedidos de revisão de preço e de alteração de marca, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam o Fornecedor a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.
- 11.4. Os pedidos para revisão de preço ou substituição de marca deverão ser protocolados na Gerência de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Afonso Pena, n.º 2336, 6º andar, bairro Savassi, CEP 30.130-012
- 11.5. A alteração de preço e a substituição de marca somente terão validade a partir da publicação no DOM – Diário Oficial do Município, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.
- 11.5.1. As alterações citadas no subitem anterior, valerão somente para as futuras contratações e não para as contratações já realizadas.
- 11.6. Será pago o preço vigente na data em que as Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis forem entregues ao Fornecedor, independentemente da data de entrega do(s) produto(s) na unidade requisitante, ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.
- 11.7. É de responsabilidade dos Órgãos Participantes e dos Órgãos não Participantes que futuramente aderirem à ARP, o acompanhamento das alterações de preço e de marca do(s) produto(s) no DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PESQUISA DE PREÇOS

- 12.1. A pesquisa de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.
- 12.1.1. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.
- 12.1.2. A pesquisa de preços, a critério do Órgão Gerenciador ou da autoridade competente para autorizar a contratação, poderá ser repetida sempre que



necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

12.1.3. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

12.1.4. Qualquer alteração na forma da pesquisa de preço deverá ser devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

13.1. Gerenciar a ata de registro de preço (ARP), em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.

13.2. Autorizar a adesão à ARP pelo órgão não participante, nas condições previstas na legislação.

13.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões de preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.

13.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do Sistema de Registro de Preço.

13.5. Publicar no Diário Oficial a alterações de preço(s) e marca(s).

13.6. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

13.7. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal 16.538/16.

13.8. A fiscalização e gestão da ARP serão exercidas pelos servidores abaixo designados:

▪ **GESTOR:** Leonardo Vilete Matos (BM 116.786-1)
Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE.

▪ **FISCAL:** Giovanni Madeira dos Santos (Mat. 10.428)
Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

14.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

14.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do Órgão Gerenciador.



- 14.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 14.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do Fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 14.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 14.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.
- 14.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.
- 14.8. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
 - 14.8.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 14.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 15.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.
- 15.2. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
- 15.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.
- 15.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gerenciador.
- 15.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e na ARP.



- 15.6. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- 15.7. Garantir a qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
 - 15.7.1. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.
- 15.8. Substituir, após solicitação do Órgão Gerenciador, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e na ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.
- 15.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 15.10. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão Gerenciador ou Órgão Participante, quando solicitadas.
- 15.11. Comunicar ao Órgão Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 15.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 15.13. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 15.14. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 15.15. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 15.16. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

16.1.1. advertência.

16.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do(s) produto(s), até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- d) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- e) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP quando o infrator der causa ao cancelamento da ARP;
- f) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

16.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 20 do Decreto Municipal 12.436/2006;

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

16.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.



- 16.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.
- 16.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde.
- 16.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 16.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 16.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 16.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 16.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 16.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro de preços do Fornecedor observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:
- I. pelo descumprimento parcial ou total, por parte do Fornecedor, das condições da ARP;
 - II. quando o Fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do Registro de Preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador;
 - III. nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;
 - IV. nas hipóteses de os preços registrados se tornarem superiores àqueles praticados no mercado e o Fornecedor se recusar a adequá-los na forma prevista no edital e na Ata de Registro de Preços;



- V. por razões de interesse público;
 - VI. quando o Fornecedor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;
 - VII. quando o Fornecedor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - VIII. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
 - IX. por ordem judicial.
 - X. subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
 - XI. associação com outrem, bem como realização de fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 17.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável que venham a comprometer o fornecimento do bem, excluída a alegação de elevação dos preços de mercado.
- 17.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento do seu Registro de Preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão Gerenciador.
- 17.4. A notificação para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao Fornecedor por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no Diário Oficial do Município.
- 17.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas na legislação.
- 17.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da autoridade superior do Órgão Gerenciador e publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 18.1. A ARP poderá ser utilizada por qualquer ente ou órgão da Administração incluindo outros órgãos de outras esferas governamentais que não tenham participado do certame licitatório, nos termos da legislação vigente.



- 18.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ARP para o órgão gestor e órgãos participantes.
- 18.3. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gestor e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. Aplicam-se aos produtos todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 19.2. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 19.3. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.
- 19.4. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no DOM – Diário Oficial do Município - será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.
- 19.5. Vincula-se à presente ARP, a proposta do Fornecedor, nos termos do art. 55, XI, da Lei 8.666/93 e integram o presente instrumento os seguintes anexos:
- **ANEXO I** – Informações sobre os produtos registrados.
- 19.6. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Belo Horizonte/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, de de

.....
Secretário Municipal de Saúde

.....
Fornecedor da Ata de Registro de Preço



ANEXO I DA MINUTA DA ARP

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS REGISTRADOS

(PREENCHER CONFORME O(S) LOTE(S))

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .../...	
PROCESSO N.º:	PREGÃO N.º :
DATA DO PREGÃO:	
FORNECEDOR:	
ENDEREÇO:	
CNPJ/MF:	

CÓDIGO SICAM	DESCRIÇÃO	UNLCOTAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MERCADO	DIFERENÇA %

(*) FONTE DA PESQUISA:	DATA DA PESQUISA:
-------------------------------	--------------------------

PRAZO DE ENTREGA:

DATA DESTE REGISTRO:	VIGÊNCIA:
-----------------------------	------------------



ANEXO IX DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

1.1. Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE.

2. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:

2.1. Leonardo Vilete Matos BM – 116.786.1

3. DATA:

15/10/2020

4. OBJETO:

4.1. Constitui como objeto deste registro de preços a aquisição de peças gerais para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos pertencentes à SMSA, de acordo com o especificado a seguir:

ITEM	SICAM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANT
1	74875	ABAFADOR DE FILTRO, UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	10
2	74873	ACABAMENTO TRASEIRO, , UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO, MOD. L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	10
3	74874	ACOPLAMENTO TRASEIRO, UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO, MOD. L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	10
4	74876	ANEL FIXAÇÃO TAMPA SPRAY 3 FUROS, UTILIZADA EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	50
5	74877	ANEL O ₂ RING, , UTILIZADO EM MICROMOTOR KAVO, MOD. L-MOTOR 181 DBN INTRAMATIC I	UNIDADE	30
6	74945	ARTICULAÇÃO FÊMEA PARA REFLETOR KAVO CLINIC	UNIDADE	10
7	74944	ARTICULAÇÃO MACHO PARA REFLETOR KAVO CLINIC	UNIDADE	10
8	74878	BLOCO DE BOBINAS DE ACIONAMENTO COMPLETO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	6
9	74879	BOBINA DO ÊMBOLO PNEUMÁTICO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	3



10	74880	BRAÇO COMPLETO DO REFLETOR, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	6
11	74942	BRAÇO DIREITO PARA CADEIRA KAVO MODELO UNIK KAVO	UNIDADE	40
12	74943	BRAÇO ESQUERDO PARA CADEIRA KAVO MODELO UNIK KAVO	UNIDADE	40
13	74881	BUCHA DENTADA ARO / GUIA TERMINAL BORDEN, UTILIZADA EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	20
14	74882	CABEÇA MONTADA PARAFUSO, UTILIZADA EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	25
15	74883	CABEÇOTE COMPLETO, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	15
16	74885	CABO DA CANETA DO JATO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40
17	74884	CABO TRANSDUTOR, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	50
18	74886	CANETA DO JATO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40
19	74887	CANO EXTERNO DE ÁGUA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	5
20	74888	CIRCUITO PLACA ELETRONICA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	14
21	74917	PLACA CI DE ACIONAMENTO DOS COMANDOS, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	15
22	74918	POTENCIÔMETRO REGULADOR DE POTÊNCIA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	10
23	74889	COLETOR DE ESGOTO, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	5
24	74890	CONJUNTO EIXO E ROLAMENTO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	48
25	74891	COPO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40
26	74892	CORPO DE BICARBONATO COMPLETO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	15
27	74893	CORPO INFERIOR DE CUSPIDEIRA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	4
28	74895	CORPO SUPERIOR DE CUSPIDEIRA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	4
29	74894	CORPO INFERIOR PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	4
30	74896	CORPO SUPERIOR PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	4
31	74897	CUBA DE PORCELANA, UTILIZADA EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	27
32	74898	EIXO PINÇA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	38



33	74899	EIXO PRINCIPAL PARA CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	32
34	74900	EIXO TRASEIRO PARA CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	40
35	74901	ÊMBOLO DO BLOCO PNEUMÁTICO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	10
36	74902	FILTRO DO SUGADOR COMPLETO, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	140
37	74903	GARRAFA RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CAPACIDADE DE 1000 ML, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	100
38	74904	GUARNIÇÃO 2 (DOIS) FUROS, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	20
39	74905	JUNTA SPRAY, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	120
40	74906	KIT ALÇA/ MANIPULOS, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	30
41	74908	MANGUEIRA DE ESGOTO PARA UTILIZAÇÃO EM CUSPIDEIRA KAVO KLINIK	METRO	200
42	74909	MECANISMO ENCOSTO DE CABEÇA BIARTICULADO, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	10
43	74910	MOLA TRAVA PARA CABEÇA CONTRA ÂNGULO, UTILIZADA EM CONTRA ÂNGULO KAVO FG	UNIDADE	20
44	74911	MOTOR DE ASSENTO, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	10
45	74913	PARAFUSO PARA FIXAÇÃO CABEÇA DE CONTRA ÂNGULO, UTILIZADO EM CONTRA ÂNGULO KAVO FG	UNIDADE	30
46	74915	PEDAL DE COMANDO COMPLETO, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	8
47	74916	PEDAL ELÉTRICO DE ACIONAMENTO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	10
48	74919	PROTETOR REFLETOR, UTILIZADO EM REFLETOR KAVO, MOD. CLINIK	UNIDADE	40
49	74920	REGISTRO DE ÁGUA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	20
50	74921	REGISTRO DE ÁGUA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	20
51	74922	REGISTRO DE AR, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	20
52	74923	ROTOR COMPLETO FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	50
53	74924	SERINGA TRÍPLICE, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	50
54	74925	SUORTE PARA ENCAIXE DO TRANSDUTOR E OU CANETA DO JATO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	40
55	74926	TAMPA DA CANETA FG, UTILIZADO EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO, MOD. EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	30
56	74929	TAMPA SPRAY TRIPLO, UTILIZADA EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO KAVO EXTRA TORQUE 605	UNIDADE	20



57	74927	TAMPA DA GARRAFA (RESERVATÓRIO), UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	15
58	74928	TAMPA DO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	20
59	74930	TERMINAL DO SUGADOR COM BORRACHA, UTILIZADO EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	100
60	74931	TERMINAL TRIPLO TIPO BORDEM PARA ALTA ROTAÇÃO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	40
61	74932	TRANSDUTOR DE PROFILAXIA, UTILIZADO EM APARELHO DE PROFILAXIA KAVO, MOD. ULTRAPHY.	UNIDADE	35
62	74934	TRANSFORMADOR DE ALIMENTAÇÃO DA CADEIRA, UTILIZADO EM CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO, MOD. CLINIK / UNIK.	UNIDADE	5
63	74933	TRASFORMADOR 24V PARA APARELHO DE PROFILAXIA KAVO MODELO ULTRAPROPHY	UNIDADE	35
64	74935	TRAVA BROCA, UTILIZADA EM CONTRA ÂNGULO KAVO, MOD. 2068 FGBN	UNIDADE	15
65	74936	VÁLVULA INTERRUPTORA DO SUGADOR, UTILIZADA EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	30
66	74937	VÁLVULA INTERRUPTORA PARA EQUIPO, UTILIZADO EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	20
67	74938	VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, UTILIZADA EM CUSPIDEIRA KAVO MOD. CLINIK	UNIDADE	10
68	74940	VÁLVULA SPRAY DA CANETA, UTILIZADA EM EQUIPO KAVO MODELO CLINIK	UNIDADE	10

5. JUSTIFICATIVA:

- 5.1. Os objetos que compõem a presente licitação são materiais necessários ao atendimento da Engenharia Clínica em atividades de manutenções preventivas e corretivas em aparelhos de profilaxia, fotopolimerizadores, cadeiras odontológicas, equipos, compressores, bombas à vácuo, dentre outros.
- 5.2. A não aquisição de peças de reposição para manutenção preventiva e corretiva dos consultórios odontológicos irá impactar o atendimento dos usuários da rede SUS, causando transtorno aos usuários e a suspensão de agendas.
- 5.3. Os itens são enquadrados na classificação de bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado. Assim, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item.
- 5.4. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços se justifica pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de entregas parceladas.



6. MODALIDADE:

6.1. Pregão Eletrônico.

7. TIPO:

7.1. Menor preço por lote.

8. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

8.1. Conforme processo 04.000.625.20.86

9. DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

9.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que acobertará(ão) as despesas decorrentes da prestação dos serviços serão informadas no momento de formalização da Ata de Registro de Preços pela Gerência de Contratos e Convênios da SMSA (GECCO-SA).

10. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

10.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitante com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até data e o horário marcados para a abertura da sessão pública.

10.2. Para habilitação dos licitantes será exigida a documentação relacionada a seguir:

10.2.1. Habilitação Jurídica conforme art. 28 da Lei 8.666/93:

10.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, Carteira de Identidade, Registro Profissional ou outro), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

10.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista conforme art. 29 da Lei 8.666/93:

- 10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 10.2.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede solicitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 10.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 10.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.2.3. Qualificação Técnica:

NÃO SE APLICA

10.2.4. Qualificação Econômico-Financeira conforme art. 31 da Lei 8.666/93:

- 10.2.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

10.2.5. Declarações:

- 10.2.5.1. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

10.3. Os documentos relacionados no subitem 10.2 poderão ser substituídos pelos cadastros abaixo:



- a. Relatório da Situação do Fornecedor se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – **SUCAF**, e/ou;
- b. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Governo de Minas Gerais, e/ou;
- c. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no SICAF do Governo Federal.

10.3.1. Caso o licitante não esteja habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível(veis) com o (s) objeto (s) licitado(s), deverá encaminhar concomitantemente com a proposta, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).

10.3.2. Caso não conste nos referidos cadastros quaisquer documentos exigidos no subitem 10.2 o licitante deverá encaminhá-los concomitantemente com a proposta, devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.

10.3.3. Caso os documentos constantes nos mencionados cadastros estejam com os prazos de validade vencidos, deverão ser anexados novos documentos, em vigor na data da abertura das propostas.

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

11.1. Critério de julgamento: menor preço por lote.

11.2. A proposta de preços deverá conter:

11.2.1. A razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

11.2.2. A modalidade e o número da licitação;

11.2.3. Especificação do objeto licitado, conforme este Termo de Referência, sendo obrigatório constar nome do fabricante, marca e modelo do produto ofertado, se houver.

11.2.3.1. No caso em que a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo.

11.2.4. Valor global do lote, discriminando o preço unitário do(s) item(ns) que o compõe;

11.2.5. Validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

11.3. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em até 30 (trinta) dias e devem cobrir todas as despesas inerentes ao fornecimento dos



ítems, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a aquisição.

12. AMOSTRAS:

NÃO SE APLICA

13. LAUDO TÉCNICO:

NÃO SE APLICA

14. PRAZO DE ENTREGA:

14.1. O prazo máximo de entrega do(s) produto(s) será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, ou outro prazo conveniente acordado entre as partes interessadas.

15. LOCAL DE ENTREGA:

15.1. O local da entrega será na Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia (GCOSE) situada na Av. Cristiano Machado, nº 3450, Bairro União, Belo Horizonte/MG, no horário de 9:00 horas as 16:00 horas.

15.1.1. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

15.2. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega.

15.3. Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.

16. FORMA DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE:

16.1. Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio, devendo estar protegidos da incidência solar direta, do calor excessivo ou umidade.

17. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

17.1. O recebimento do(s) produto(s) no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:



- 17.1.1. O Fornecedor dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Ordem de Fornecimento ou outro instrumento hábil;
- 17.1.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o(s) produto(s) provisoriamente para verificação de especificação, quantidade, preços, prazos, validade, lote e outros pertinentes;
 - 17.1.2.1. A aceitação definitiva dar-se-á em 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de recebimento, mediante recibo apostado na nota fiscal respectiva;
 - 17.1.2.2. Encontrando irregularidade, a comissão/servidor providenciará a notificação ao Fornecedor, que terá o prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, a contar do recebimento da notificação para sanar as irregularidades.
 - 17.1.2.3. Aprovando, receberá definitivamente mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.
- 17.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.
- 17.3. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA não aceitará ou receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições desta Ata de Registro de Preços ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- 17.4. É vedada, tanto a entrega do(s) produto(s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelos órgãos participantes com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no DOM – Diário Oficial do Município.
- 17.5. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos na Ata.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 18.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 18.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento, pela Diretoria Financeira ou equivalente da Secretaria Municipal de Saúde.
- 18.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.



18.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada.

19. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

19.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.

19.2. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

19.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

19.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gerenciador.

19.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e na ARP.

19.6. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.

19.7. Garantir a qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

19.7.1. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

19.8. Substituir, após solicitação do Órgão Gerenciador, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e na ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.

19.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

19.10. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão Gerenciador ou Órgão Participante, quando solicitadas.

19.11. Comunicar ao Órgão Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

19.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.



- 19.13. Responsabilizarem-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 19.14. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 19.15. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 19.16. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

20. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

20.1. QUANTO AO GERENCIADOR DA ARP:

- 20.1.1. Gerenciar a ata de registro de preço (ARP), em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados;
- 20.1.2. Autorizar a adesão à ARP pelo órgão não participante, nas condições previstas na legislação;
- 20.1.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões de preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação;
- 20.1.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do Sistema de Registro de Preço;
- 20.1.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir de feitos ou irregularidades encontradas má execução do fornecimento.
- 20.1.6. Publicar no Diário Oficial a alterações de preço(s) e marca(s);
- 20.1.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente;
- 20.1.8. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal 16.538/16.



20.2. QUANTO AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- 20.2.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 20.2.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do Órgão Gerenciador.
- 20.2.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 20.2.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do Fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 20.2.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 20.2.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.
- 20.2.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.
- 20.2.8. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
 - 20.2.8.1. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 20.2.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

21. PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 21.1. A ARP terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do seu resumo no DOM – Diário Oficial do Município.



22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

22.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

22.1.1. Advertência.

22.1.2. Multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar a ARP;
- c) multa indenizatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- e) multa 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- f) multa 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- g) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP ou instrumento equivalente quando o infrator der causa ao cancelamento da ARP;
- h) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP ou instrumento equivalente e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

22.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.



- 22.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.
- 22.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde, ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 22.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente a sua aplicação.
- 22.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar serão aplicados pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde, ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 22.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde, ou pelo detentor de cargo equivalente nos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 22.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 22.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 22.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 22.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 22.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 22.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 22.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestadamente majorado ou inexequível.



23. GARANTIA TÉCNICA:

23.1. Para todos os itens que compõem este registro de preços, o Fornecedor deverá ofertar a garantia técnica prevista no Código de Defesa do Consumidor – CDC.

24. ÓRGÃO E GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO:

24.1. A fiscalização e gestão da ARP serão exercidas pelos servidores abaixo designados:

- **GESTOR:** Leonardo Vilete Matos (BM – 116.786.1)
Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE.

- **FISCAL:** Giovanni Madeira dos Santos (Mat. 10.428)
Gerência de Contratação de Serviços Gerais e Engenharia – GCOSE.

25. CONSÓRCIO:

25.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

JUSTIFICATIVA:

A participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não daria condições de participação a outras empresas, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa.

26. SUBCONTRATAÇÃO:

26.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração Municipal, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do fornecedor.